

Feminismos em negociação no Sul Global: a experiência do “Fla Sim pa Mudjer”, Praia/Cabo Verde¹

Feminisms under negotiation in the Global South: the experience of “Fla Sim pa Mudjer”, Praia/Cape Verde

Feminismos en negociación en el Sur Global: la experiencia de “Fla Sim pa Mudjer”, Praia/Cabo Verde



Janaína Perez Reis

Universidade do Vale do Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil

janainaperezreis@gmail.com



Miriam Steffen Vieira

Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

miriamsteffen@gmail.com

1

Resumo: Este artigo objetiva analisar a metodologia empregada no planejamento e execução do projeto “Fla sim pa Mudjer: mulheres unidas prevenindo a violência de gênero em Cabo Verde”, desenvolvido por duas organizações do Sul Global: Themis Gênero, Justiça e Direitos Humanos (Brasil) e Associação Cabo-Verdiana de Luta contra a Violência Baseada no Gênero (Cabo Verde). Abordaremos algumas dimensões dessa parceria transnacional que enfrenta desafios de tradução de teorias, legislações e práticas feministas, focalizando nas abordagens relativas às metodologias implicadas nas interações e negociações do projeto. A pesquisa etnográfica se desenvolveu de outubro de 2022 a outubro de 2023. Orientada por uma política do conhecimento pautada na perspectiva situada e em abordagens anticolonialistas e antirracistas das práticas feministas, identificamos as bases da pedagogia feminista empregada na construção da agenda comum em torno da prevenção à violência de gênero.

Palavras-chave: pedagogia feminista; sul global; redes transnacionais; violência baseada no gênero.

¹ Agradecemos o apoio do CNPq, através da concessão de bolsa sanduíche SWE, no âmbito do projeto “Internacionalização acadêmica e impactos na sociedade: políticas de cuidado e gênero”.

Abstract: This paper aims to analyze the methodology used in the planning and execution of the Legal Empowerment project “Fla sim pa Mudjer: women united preventing gender-based violence in Cape Verde”, developed by two organizations from the Global South: Themis Gênero, Justiça e Direitos Humanos (Brazil) and Associação Cabo-Verdiana de Luta contra a Violência Baseada no Gênero (Cape Verde). We will address some of the dimensions of this transnational partnership, which faces challenges in translating feminist theories, legislation and practices, focusing on approaches related to the methodologies involved in the project’s interactions and negotiations. The research was carried out from October 2022 to October 2023, based on fieldwork and document analysis. Guided by a knowledge policy based on a situated perspective and anti-colonialist and anti-racist approaches to feminist practices, we identified, through action research, the foundations of feminist pedagogy used in the construction of the common agenda around the prevention of gender-based violence.

Keywords: feminist pedagogy; global south; transnational networks; gender-based violence.

2

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la metodología utilizada en la planificación y ejecución del proyecto “Fla sim pa Mudjer: mujeres unidas previniendo la violencia de género en Cabo Verde”, desarrollado por dos organizaciones del Sur Global: Themis Género, Justicia y Derechos Humanos (Brasil) y Asociación Caboverdiana para la Lucha contra la Violencia de Género (Cabo Verde). Abordaremos algunas dimensiones de esta asociación transnacional que enfrenta desafíos en la traducción de teorías, legislaciones y prácticas feministas, enfocándonos en enfoques relacionados con las metodologías involucradas en las interacciones y negociaciones del proyecto. La investigación se realizó desde octubre de 2022 a octubre de 2023, a partir de trabajo de campo e análisis de documentos. Guiados por una política de conocimiento basada en una perspectiva situada y enfoques anticolonialistas y antirracistas

de las prácticas feministas, identificamos, a través de la investigación-acción, las bases de la pedagogía feminista utilizados en la construcción de la agenda común en torno a la prevención de la violencia de género.

Palabras clave: pedagogía feminista; sur global; redes transnacionales; violencia de género.

Submetido em: 30 de janeiro de 2024

Aceito em: 21 de outubro de 2024

Introdução

Falar em feminismo transnacional no Sul Global² implica em uma abordagem crítica e compromissada com práticas anticoloniais, antirracistas e com interações horizontais, em contraste a projetos com pretensões universalizantes. Estas dimensões serão aqui problematizadas com base nas pedagogias feministas postas em prática na construção de uma agenda política comum em torno da violência de gênero entre duas organizações da sociedade civil do Sul Global, no Brasil e em Cabo Verde. Nomeadamente, a Themis Gênero, Justiça e Direitos Humanos, situada no sul do Brasil, e a Associação Cabo-verdiana de Luta contra a Violência Baseada no Gênero, localizada em Cabo Verde (ACLCVBG), organizações parceiras no projeto “*Fla Sim pa Mudjer: mulheres unidas prevenindo a violência de gênero em Cabo Verde*”, foco do presente artigo.

Abordaremos algumas dimensões dessa parceria transnacional, especificamente quanto às pedagogias feministas implicadas, às práticas de solidariedade interseccional e negociações para a sua efetivação, com atenção às experiências de prevenção da violência contra as mulheres e às gramáticas de gênero empregadas. O artigo está dividido em três seções. Primeiramente, contextualizamos as organizações e o projeto “*Fla Sim pa Mudjer*”. Na sequência, desenvolvemos discussões sobre as redes transnacionais feministas e os desafios das práticas feministas do/no Sul Global. Por fim, a terceira seção analisa a construção de uma agenda em comum em torno da prevenção à violência de gênero no âmbito do projeto em Cabo Verde. Para tanto, a abordagem metodológica pautou-se em pesquisa etnográfica no período de outubro de 2022 a outubro de 2023, por meio da observação participante dos ciclos de estudos online organizados pelas equipes envolvidas no projeto, seguida de trabalho de campo na cidade da Praia, em

² A referência ao Sul Global utilizada neste texto está amparada em Grosfoguel (2016), e, mais do que um marcador geográfico, indica uma geopolítica do conhecimento.

Cabo Verde, junto à Associação Cabo-verdiana de Luta Contra a Violência de Gênero, e posterior acompanhamento presencial e virtual das sessões do primeiro Curso de formação de Mulheres Multiplicadoras da Cidadania³.

Contextualizando o “Fla Sim pa Mudjer”

Antes de entrarmos no “Fla Sim pa Mudjer”, realizamos uma breve apresentação de Cabo Verde e das organizações envolvidas no projeto. A República de Cabo Verde é um arquipélago situado no Oceano Atlântico, na costa ocidental da África, aproximadamente a 455 km do Senegal. Possui uma localização geoestratégica, formando uma ponte entre os continentes da África, Europa e América. Esta posição geográfica, desde o seu achamento, teve uma importância singular, constituindo-se como um marco fronteiro entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul e às navegações marítimas. Formado por dez ilhas, nove das quais habitadas, e vários ilhéus constituídos pela acumulação de rochas resultantes de erupções sobre as plataformas submarinas, Cabo Verde é um país relativamente pequeno, comportando uma área de aproximadamente 4.033 Km² (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2018).

A historiografia relata que o arquipélago se encontrava desabitado⁴ quando do achamento pelos portugueses em 1460, momento em que se instalaram e povoaram as ilhas junto aos africanos/africanas de diversas etnias da costa ocidental (até então conhecida como Guiné), levados para o trabalho escravo ou para o tráfico negreiro. Com a penetração colonial portuguesa nas ilhas, assim como aconteceu com outras colônias, impôs-se o povoamento, rentabilização, gestão e a consequente interpenetração do sistema colonial e patriarcal na sociedade. Enquanto principal agente de socialização durante os três primeiros séculos de povoamento de

3 A pesquisa de campo foi realizada pela primeira autora, no âmbito do doutorado, no PPG em Ciências Sociais da Unisinos. Agradecemos a abertura das organizações à pesquisa, especialmente ao apoio da Associação para a efetivação do trabalho de campo em Praia.

4 Segundo Cortesão (1962) e Carreira (1983), algumas ilhas de Cabo Verde já eram conhecidas pelas populações africanas, e, também, pelos gregos e geógrafos árabes, uma vez já constavam as indicações das referidas ilhas em mapas-múndi anteriores à data do descobrimento.

Cabo Verde, a Igreja Católica disseminou suas concepções acerca do “homem”, da “mulher” e de suas relações, gerando implicações e reforços na dominação masculina (Semedo, 2009).

O país atualmente possui uma população de 498.063 habitantes (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2021). A Ilha de Santiago, onde se localizam os municípios de Praia e Pedra Badejo, locais de desenvolvimento do projeto “Fla Sim pa Mudjer”, é a maior ilha de Cabo Verde, com cerca de 25% do território nacional, albergando mais de metade da população e a capital do país, a Cidade da Praia.

A parceria entre as duas organizações feministas do Sul Global - Themis, Gênero, Justiça e Direitos Humanos (Brasil/América Latina) e Associação Cabo-verdiana de Luta contra a Violência Baseada no Gênero (Cabo Verde/África), remonta a pesquisas acadêmicas colaborativas decorrentes de intensa mobilidade internacional ocorridas desde o ano de 2009 entre universidades do Sul do Brasil e a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), em Cabo Verde, no campo das relações de gênero, equidade de gênero e justiça (Rocha; Vieira, 2016; Vieira, 2021; Anjos; Vieira, 2022). Este intercâmbio acadêmico e a subsequente construção de redes internacionais de pesquisa foi oportunizado e apoiado por editais de pesquisa do governo brasileiro voltados à internacionalização acadêmica com países africanos. Estas mobilidades acadêmicas colocaram em circulação, também, ativistas e organizações feministas, por meio do compartilhamento de publicações, agendas e programas de ação.

A organização feminista Themis Gênero, Justiça e Direitos Humanos⁵ atua há três décadas no campo do empoderamento legal popular no Brasil. Seu trabalho está voltado à promoção de acesso à justiça, fortalecimento da cidadania e proteção dos direitos das mulheres. A organização desenvolveu, em 1993, o Programa de Formação de Promotoras Legais Populares (PLPs)⁶, que capacita lideranças comunitárias femininas em noções de direito por meio de uma educação jurídica popular feminista. Segundo Virgínia

5 Para saber mais a respeito da organização Themis Gênero, Justiça e Direitos Humanos, cf: <https://themis.org.br/>.

6 A formação de Promotoras Legais Populares no Brasil foi inspirada nos projetos de Capacitação Legal para Mulheres desenvolvidos em países latino-americanos. As organizações feministas Themis, no Rio Grande do Sul, e União de Mulheres de São Paulo, paulista, foram pioneiras no desenvolvimento destas experiências no Brasil, em inícios dos anos 1990 (Bonetti; Ricoldi; Vieira, 2024).

Feix (2003) o referido Programa partia de dois pressupostos: 1) de que o desconhecimento dos direitos “impede a apropriação do sentimento de pertinência social (cidadania), trazendo como consequência a incapacidade individual e coletiva de participar da vida social e política e a impossibilidade de intervir para defesa de direitos e transformação social” (Feix, 2003, p. 110); e 2) da necessidade, da parte de operadores do direito (advogados públicos e privados, promotores, juízes e serventuários), de uma releitura crítica do direito que reconheça os preconceitos e discriminações vigentes na sociedade e operadas pelo próprio sistema de justiça. Em virtude disso, os cursos de formação de PLPs promovidos pela Themis no Brasil fornecem noções básicas em direitos humanos, direitos das mulheres, instrumentos legais de garantia dos direitos, organização e funcionamento do Estado e têm como público-alvo mulheres pertencentes às camadas sociais mais vulneráveis para que sejam mediadoras entre as pessoas, o Estado e os serviços públicos, ampliando os mecanismos de acesso à justiça.

O curso tem o objetivo de criar espaços pedagógicos de formação, disseminação e fortalecimento dos direitos humanos das mulheres, sobretudo em relação à violência baseada no gênero e aos direitos sexuais e reprodutivos. O escopo, portanto, é a promoção de aprendizagens e mudanças culturais – nos níveis individual e coletivo –, contemplando especialmente o debate sobre as desigualdades de gênero e suas dimensões de raça e classe. Viabiliza que mulheres excluídas das organizações formais da justiça e dos espaços acadêmicos acessem a justiça por meio do uso instrumental do direito e de uma educação anticolonial, antirracista e feminista com o fim de propiciar a luta e defesa de seus direitos, assim como a participação ativa no debate público sobre as suas necessidades e de suas comunidades. Passados mais de 30 anos do início da sua implementação, os cursos de formação de PLPs promovidos pela Themis foram ampliados para 14 municípios do estado do Rio Grande do Sul e 11 estados brasileiros, formando

mais de 500 PLPs, constituindo-se em uma política pública não-estatal no país (Paludo, 2023) e, agora, internacionalizado para Cabo Verde, em parceria com a Associação Cabo-verdiana de Luta contra a Violência Baseada no Gênero.

A Associação Cabo-verdiana de Luta contra a Violência Baseada no Gênero⁷ foi criada em Praia, Cabo Verde, no ano de 2015, como uma organização de promoção de direitos humanos, educação para cidadania, combate e prevenção de todas as formas de violência em perspectiva de gênero. Tem desenvolvido projetos de prevenção, assistência e combate à violência baseada no gênero no contexto escolar e ações de sensibilização para a população em geral (ACLVBG, 2023).

No ano de 2021, essas duas organizações submeteram projeto conjunto à quarta edição do Prêmio *Womanity* e foram vencedoras. Esse prêmio é promovido pela Fundação *Womanity*,⁸ localizada na Suíça. Tal premiação objetivava destinar recursos financeiros a programas inovadores com o fim de prevenir a violência doméstica contra meninas e mulheres, passíveis de serem “adaptados”⁹ em diferentes países do Sul Global. Para fins da análise proposta neste texto, concentraremos nossa atenção na relação entre a Themis e a ACLVBG.

O projeto premiado “*Fla Sim pa Mudjer*”, que redigido no idioma crioulo cabo-verdiano significa “Dizer sim para as mulheres”, possibilitou a “adaptação” em Cabo Verde do programa de empoderamento legal de mulheres líderes comunitárias já consolidado pela Themis, bem como o fortalecimento institucional por parte da ACLVBG com a adoção de um programa voltado para prevenção à violência baseada no gênero (Themis, 2021).

O projeto, a exemplo do programa de empoderamento legal de formação de Promotoras Legais Populares (PLPs), desenvolve capacitação legal desde uma perspectiva anticolonial, feminista e antirracista às mulheres líderes comunitárias, denominadas em

7 Para saber mais a respeito da Associação Cabo-verdiana de Luta contra a Violência Baseada no Gênero, cf: <https://aclcvbg.org.cv/#/>.

8 Para mais informações sobre a Fundação *Womanity*, cf: <https://womanity.org/>.

9 O uso de aspas decorre de expressões êmicas utilizadas entre as organizações parceiras do projeto “*Fla Sim pa Mudjer*”.

Cabo Verde de Mulheres Multiplicadoras da Cidadania (MMC). Cada organização tem sua equipe e uma coordenadora geral do projeto, além de consultoras contratadas para a construção de mecanismos de apuração dos resultados a curto e médio prazo e impactos do projeto, e uma coordenadora pedagógica contratada em Cabo Verde para acompanhar a execução do curso¹⁰.

A fase de execução do projeto compreende dois momentos, um primeiro, com o Curso de Capacitação de Mulheres Multiplicadoras de Cidadania, que compreende uma formação intensiva com duração de 72 horas, incluindo oficinas participativas, atividades em grupo, visitas institucionais aos serviços de apoio e assistência das vítimas, ao Poder Judiciário e demais instituições que se relacionam com a matéria. O segundo momento consiste na implantação de um modelo de cuidados comunitários e de ações em conjunto com o sistema jurídico, voltados às comunidades, por meio de um plano de prevenção da violência baseada no gênero idealizado e desenvolvido pelas próprias mulheres participantes e que será inicialmente coordenado pelas técnicas da ACLCVBG. A proposta do curso é criar ou ampliar consciência jurídica e uma educação feminista e antirracista, além de prover uma melhor compreensão sobre o funcionamento das instituições estatais e políticas públicas sobre a violência de gênero em Cabo Verde.

O “Fla Sim pa Mudjer” objetiva formar duas turmas de 35 mulheres (em média), sendo a primeira no município de Praia (capital do país), na região sul da Ilha de Santiago, e a segunda turma na cidade de Santa Cruz, zona norte rural da Ilha. Com a metodologia apropriada por meio dessas turmas iniciais, a ACLCVBG deverá dar continuidade ao processo de formação em turmas futuras. Com duração de três anos (2022-2024), o projeto concluiu em 2023 a primeira turma na cidade de Praia, passando pelas fases de planejamento, formulação da “linha de base” do projeto (conjunto de objetivos do projeto e os planos para sua consecução), construção da “teoria da mudança” (metodologia que descreve o impacto dese-

¹⁰ As equipes são constituídas por pessoas que já trabalham nas organizações e acompanham o projeto; já as coordenadoras são profissionais consultoras e parceiras das organizações contratadas para realizar as atividades de coordenação do projeto. Salienta-se que as consultoras contratadas para a construção de mecanismos de apuração dos resultados e a coordenadora pedagógica não possuem vinculação com nenhuma organização.

jado causado pelo projeto na comunidade), bem como a primeira fase do primeiro curso de formação de Mulheres Multiplicadoras de Cidadania (MMC). Assim, este artigo focalizará a metodologia empregada pelas organizações para o planejamento e execução dessa primeira turma.

Redes transnacionais feministas no/do Sul Global: horizontalidade no fazer político

As parcerias transnacionais feministas formadas por atrizes/atores da sociedade civil propiciam, por meio da partilha de experiências endógenas consolidadas em determinadas localidades, a intersecção entre os âmbitos locais, regionais e internacionais e, por consequência, um rápido fluxo de compartilhamento de discursos e práticas desde a perspectiva de gênero. Essa conexão entre organizações transfronteiriças feministas formadas por organizações da sociedade civil, como ONGs, associações, cooperativas etc., ainda que marcadas por diferenças, em virtude de abordagens legais, de categorias utilizadas e estratégias de enfrentamento, se constituem como redes de internacionalização em prol de uma agenda comum, denominadas como Redes Feministas Transnacionais (Moghadam, 2005).

O termo feminismo transnacional se refere, empiricamente, às alianças de redes feministas que agem através das fronteiras com o objetivo de “estender e alcançar lutas globais para acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão” (hooks, 2018, p. 61) com base em uma política contra hegemônica, pois sem este viés recairiam nos mesmos problemas que carregam os feminismos globais universalizantes.

As teorias ocidentais feministas tornam-se ferramentas de hegemonia na medida em que são aplicadas universalmente, partindo do pressuposto de que as experiências ocidentais definem o humano (Oyěwùmí, 2002b). Não por acaso, as teorias decoloniais, pós-coloniais e os estudos feministas do Sul Global denunciam esse sistema ideológico de dominação baseado no privilégio epis-

têmico de países do Norte Global (Europa e Estados Unidos) que “são supostamente suficientes para explicar as realidades sócio-históricas do restante do mundo” (Grosfoguel, 2016, p. 27).

Essa reflexão está ancorada na memória das lutas coletivas (potencializadas por redes feministas) inscritas nos corpos das mulheres e em seus territórios num “contexto comum de luta” que cria poderosos, ainda que parcialmente sobrepostos, interesses que tornam possível e ainda mais premente o projeto de tradução entre eles (Thayer, 2010).

Embora o movimento feminista seja capaz de unir mulheres de diferentes localidades e nações, estimulando, em especial nas últimas três décadas, a transnacionalização do feminismo e a interconexão de experiências advindas do Sul Global, não se pode dizer que há uma única ordem de gênero (Connell, 2014) proveniente dessas localidades.

Ainda que a construção da rede transnacional feminista abordada no presente estudo esteja atenta ao “processo de adaptação” do projeto, as perspectivas situadas nos diferentes espaços geopolíticos geram intrinsecamente desafios de tradução de teorias, categorias, enquadramentos legais e práticas feministas. A análise crítica de temas como o “feminino”, o “masculino” e o “gênero” em diferentes cenários pressupõe considerar os limites de algumas categorias e a necessidade de pensá-las de forma transcultural (Lobo; Gomes, 2021).

Nesse viés, Vieira (2013) analisou elementos do processo de construção de políticas no campo da chamada violência contra as mulheres no Brasil e apresentou elementos contrastivos com esse processo em Cabo Verde. A autora observou que as narrativas que acompanharam as lutas no campo dos direitos das mulheres na década de 1970 estavam, no Brasil como em Cabo Verde, mencionando a Década da Mulher declarada pela ONU. Entretanto, observou uma ênfase, no caso de Cabo Verde, em “democracia, desenvolvimento e gênero”, refletindo os objetivos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento realizada no

Cairo, em 1994; enquanto no Brasil o enfoque foi para direitos humanos, especialmente a partir do Congresso de Viena, em 1993, com a expressão “direitos humanos das mulheres”. A autora demonstrou que a circulação de uma gramática de gênero ganha sentido em processos históricos e contextos sociais específicos.

Além disso, as práticas efetivas de solidariedade em torno das questões feministas no âmbito dos feminismos transnacionais operam em um espaço onde as assimetrias e desigualdades entre mulheres podem ser reconhecidas e desconstruídas de forma crítica quando atuam com consciência interseccional, conforme Greenwood (2008). Razão pela qual torna-se fundamental a escolha da metodologia para a execução das atividades desenvolvidas em uma parceria feminista transnacional, especialmente daquelas que objetivam uma horizontalidade do saber e do fazer.

A prática política interseccional de uma rede de cooperação transnacional calcada na horizontalidade, segundo Rosella Ciccía e Connie Roggband (2021), é denominada “solidariedade interseccional”. Segundo as tipologias da “solidariedade interseccional” desenvolvidas pelas autoras, é possível enquadrar a rede transnacional aqui estudada como aquela voltada para um denominador comum (*Common denominator - CD*), na medida em que as organizações envolvidas “ênfatizam as semelhanças de experiência e interesses entre seus membros e se esforçam para identificar soluções que beneficiem todos os diferentes grupos dentro da coalizão”¹¹ (Ciccía; Roggband, 2021, p. 6). Observam as autoras, ainda, que as diferenças entre membros e organizações são abordadas apenas na medida em que servem para destacar questões transversais relevantes, porém, podem ocultar questões não-transversais, aumentando as desigualdades nesse ponto.

Exemplos do uso de tais quadros são identificáveis na dependência dos discursos de direitos humanos do movimento transnacional contra a violência contra as mulheres. O marco dos direitos humanos define a

¹¹ Tradução nossa. No original: “emphasize the commonalities of experience and interests between their members and strive to identify solutions which will benefit all different groups within the coalition”.

violência como uma questão que (potencialmente) afeta todas as mulheres e compreende uma ampla gama de problemas, desde a pobreza, à mutilação genital feminina e ao estupro. O uso de tal estrutura tem sido importante para colocar o tema na agenda e construir coalizões entre feministas do Norte e do Sul e organizações internacionais de direitos humanos (Keck e Sikkink, 1998; Weldon, 2006). No entanto, esse tipo de enquadramento também oculta ou subexpõe formas específicas de violência que não são transversais, silenciando de fato grupos desfavorecidos e minoritários (Schwenken, 2003; Strid et al, 2013) (Ciccia; Roggeband, 2021, p. 6)¹².

A esse tipo de enquadramento as autoras atribuem desvantagens como: a influência exercida por organizações mais poderosas, uma vez que enfatizam questões universais, tornando mais frágeis as agências de organizações menos poderosas: e a desvantagem no âmbito dos seus significados, que podem ser facilmente diluídos e/ou cooptados. Tais assimetrias de poder afetam negativamente as solidariedades interseccionais, obstruem a cooperação e distorcem agendas (Ciccia; Roggeband, 2021).

Nesse contexto, a pedagogia crítica feminista é colocada como uma prática que compreende as realidades advindas das localidades e dos sujeitos e se baseia na criação de uma comunidade de aprendizado. Diante da necessidade de traduções por meio de uma análise crítica e da minimização de hierarquias de poder, a pedagogia feminista, como uma prática que compreende as realidades advindas das localidades e se baseia na criação de uma comunidade de aprendizado, pode servir de suporte para as articulações entre as redes transnacionais feministas com o fim de combater as desigualdades dentro e entre as organizações. Nessa perspectiva, hooks (2019b) adverte que a solidariedade

12 Tradução nossa. No original: “Examples of the use of such frames are identifiable in the reliance on human rights discourses in the transnational movement against violence against women. The human right frame defines violence as an issue (potentially) affecting all women and comprising a wide range of problems from poverty to female genital mutilation to rape. The use of such frame has been important in getting the issue on the agenda and building coalition between North and South feminists and international human rights organizations (Keck and Sikkink, 2014; Weldon, 2006). Nonetheless, this type of frame also conceals or underexposes specific forms of violence which are not cross-cutting, de facto silencing disadvantaged and minority groups (Schwenken, 2003; Strid et al., 2013)”.

política, o reconhecimento das diferenças e o compartilhamento de interesses servem como mote para a horizontalidade do/no movimento feminista.

As mulheres não precisam eliminar suas diferenças para construir vínculos de solidariedade. Não precisamos viver sob a mesma opressão para combatermos a opressão em si. Não precisamos sentir hostilidade contra os homens para nos unirmos, tão grande é a riqueza das experiências, culturas e ideias que podemos partilhar umas com as outras. Podemos ser irmãs unidas pelo compartilhamento de interesses e crenças, unidas em nosso apreço pela diversidade, unidas em nossa luta para acabar com a opressão sexista, unidas na solidariedade política (hooks, 2019b, p. 181).

Com o fim de minimizar as desigualdades nos processos de negociação e com isso construir, nas diferenças, solidariedade no terreno, a pedagogia crítica feminista congrega diferentes articulações políticas que comportam expressões diversas e se relaciona por meio de uma análise crítica das próprias práticas organizacionais, utilizando formas inclusivas de deliberação.

As autoras Webb, Allen e Walker (2002) identificaram seis princípios centrais para uma pedagogia feminista, quais sejam: mudança da relação professor-aluno; empoderamento; construção de uma comunidade; valorização da voz de cada indivíduo como forma de conhecimento; respeito às diversidades das experiências individuais; desafio das visões tradicionais na teoria e na prática. Esses princípios consolidam a estreita ligação entre a pedagogia feminista e a educação como “prática da liberdade” (hooks, 2013), o que significa discutir e produzir epistemologias “outras” que valorizem a voz de todos os indivíduos envolvidos em uma comunidade de aprendizado de modo construtivo.

No campo da pedagogia feminista há fortes referências à educação sindical, à educação política com ênfases em partidos, à educação em movimentos sociais, entre outros. Neste ambiente

teórico político, também, são estudadas as políticas de formação internas e específicas de cada organização, movimento social ou partido político. bell hooks (2013) vai além e defende que a proposta da pedagogia crítica feminista deve partir de duas dimensões, uma subjetiva (mudanças internas, no “eu”) e outra objetiva (que se relaciona com a modificação nas estruturas sociais como o patriarcado). Ou seja, o movimento feminista deve ser considerado com base no pressuposto de que “o pessoal é político”. Dessa forma, podemos depreender que o movimento feminista (entendido como uma subjetividade coletiva) deve agir de um modo conjunto e comunitário, desafiando as estruturas de dominação, “transformando o mundo fora do eu” (hooks, 2019a, p. 62), e, para que isso ocorra, a sua atuação nas instituições deve ser revista em cada momento no processo de construção, utilizando a autorreflexão para que as hierarquias sejam compreendidas e minimizadas com o fim de propor a valorização das mais variadas vozes por meio de uma ética da conduta guiada por princípios de igualdade (hooks, 2019a) e práticas de horizontalidade.

15

Construindo uma agenda comum

Em que pese Brasil e Cabo Verde serem ex-colônias portuguesas, as suas especificidades socioeconômicas, étnicas e raciais, políticas, legislativas e culturais são diferentes. Connell (2014) menciona que no mundo colonizado, divisões de raça e um histórico de trabalho escravo moldaram as relações de gênero, mas há mudanças históricas que alteram tais estruturas de formas diferentes, ora de maneira mais drástica e socialmente mais dolorosa, ora de forma mais lenta.

Assim, tendo em vista a proposta de “adaptação” do projeto e seu compromisso com práticas mais horizontalizadas, as organizações parceiras iniciaram o projeto com uma atividade de “nivelamento de conhecimentos” sobre vários aspectos históricos, culturais, sociais e jurídicos das distintas perspectivas, brasileiras e cabo-verdianas.

As equipes elegeram como principais atividades para o desenvolvimento do projeto: ciclo de estudos online para o “nivelamento conceitual” das equipes das duas organizações, com a participação de *experts* convidados pela ACLCVBG; reuniões semanais entre as coordenadoras do projeto; imersões ao campo por meio de viagens, denominadas “missões” da equipe da Themis para Cabo Verde (três missões de 10 a 15 dias de duração); reuniões semanais online das equipes para discussão e construção conjunta do curso em todos seus aspectos. Em paralelo a estas atividades, eram realizados relatórios semestrais e reuniões mensais com a financiadora *Womanity* para relatos sobre andamento dos trabalhos. Como mencionado anteriormente, o delineamento deste artigo confere atenção às duas organizações da sociedade civil, ficando para outro momento a triangulação Sul-Sul-Norte, com base em um enfoque às relações com o organismo internacional.

A escolha dessas atividades ocorreu desde a fase do planejamento inicial do projeto, pressupondo a necessidade de empregar uma metodologia em que houvesse uma construção participativa das duas organizações, com fluidez na comunicação e igualdade de informações, com a preocupação de que as práticas Sul-Sul não coadunassem com reproduções de processos baseados em uma lógica da colonialidade e hierarquização de poder.

Para as equipes, as reuniões semanais se mostraram importantes instrumentos de construção conjunta, pois, além de nivelar as informações, fortaleceram as relações de trabalho, a compreensão dos valores, conhecimentos, limites e dificuldades de cada equipe. Ademais, nas etapas de elaboração de textos, instrumentos e relatórios, as organizações escreviam em contínuo diálogo por meio de reuniões online e de arquivos compartilhados para a edição dos textos. As equipes também acessavam todos os instrumentos, inclusive aqueles produzidos por consultoras contratadas. Para as coordenadoras dos projetos, esse processo foi importante para que o diálogo se estabelecesse de forma a compreender, inclusive, o sentido das palavras empregadas na língua portuguesa (língua oficial no Brasil e Cabo Verde) e significados

diferentes nestes contextos. Pontualmente, podemos tomar como exemplo a alteração do nome “Promotoras Legais Populares” para “Mulheres Multiplicadoras da Cidadania” devido ao contexto de Cabo Verde. O nome foi eleito por meio de uma votação interna da equipe da ACLCVBG, com sugestões de ambas as organizações.

A utilização de uma metodologia que proponha o deslocamento de foco do “olhar ocidentalizado” para um olhar de dentro dos espaços em uma perspectiva e a visão de solidariedade (Mohanty, 2003) visa desconstituir as assimetrias de poder entre as organizações na medida em que a Themis é a organização que apresenta uma maior solidez e possui a expertise do curso de formação e a ACLCVBG, por sua vez, detém o conhecimento dito “local” e os meios de execução.

O desafio estabelecido pela estratégia metodológica dos deslocamentos propostos por Mohanty (2003; 2008) são as constantes negociações, traduções, concertações e debates minuciosos que despendem um tempo considerável de construção, por vezes até exaustivo, segundo relatos das equipes. Em decorrência disso, a fase de planejamento e adaptação do curso levou dezessete meses, ou seja, quase metade do tempo de duração do projeto.

Essa metodologia empregada no projeto foi desenvolvida com o fim de propiciar a compreensão dos conjuntos de mecanismos de poder e suas operações, suas proximidades e assimetrias por meio de diálogos e práticas mais horizontalizadas que possibilitassem a expressão de experiências particulares para não invisibilizar categorizações e formas de agência das organizações e equipes envolvidas. Na visão de suas equipes, o projeto “*Fla Sim pa Mudjer*”, com o fim de minimizar as desigualdades e desentendimentos nos processos de negociação e com isso construir, nas diferenças, solidariedade no terreno, utilizou a pedagogia crítica feminista, que congrega diferentes articulações políticas, comporta expressões diversas e se relaciona por meio de uma análise crítica das próprias práticas organizacionais, utilizando formas inclusivas de deliberação. As equipes assim mencionam a metodologia utilizada no relatório semestral enviado à financiadora:

O processo decisório é horizontal e democrático, todas as questões relativas ao projeto são tratadas com muita transparência. As equipes analisam e juntas tomam as decisões que melhor atendem ao projeto. Os temas são colocados em pauta, há sempre um momento de reflexão e análise primeiro e antes da tomada de decisão acontecer. O processo decisório continua a ser concertado entre as duas organizações. Apesar de termos iniciado a implementação em Cabo Verde, as duas organizações sempre planejam, comunicam e coordenam antes de qualquer decisão ser tomada. Foi um processo pacífico, sem imposições, uma verdadeira adaptação à nossa realidade, com momentos específicos de reflexão e debates para embasar a decisão final.¹³

Citamos como exemplo de deliberação em processo coletivo a contratação das consultoras do projeto no início dos trabalhos, em janeiro de 2022, bem como a deliberação conjunta para a destinação dos recursos financeiros do projeto. Apesar da busca constante pela horizontalidade, assimetrias existem e se manifestaram no desenvolvimento do projeto, a exemplo de tensões decorrentes da não previsão de “missões” no sentido Cabo Verde-Brasil, aspecto posteriormente reconhecido pelas equipes envolvidas – ACLCVBG e Themis – e pela *Womanyity*.

Observamos três principais pontos de tensão no “processo de adaptação”: (1) a abrangência da lei protetiva para categoria “gênero” e, por extensão, a “linguagem” adotada pelo uso da categoria gênero: (2) a inclusão de homens ao trabalho de prevenção de violência baseada no gênero: e (3) as dimensões étnico-raciais.

Por meio do ciclo de estudos online foi possível conhecer com detalhamento as disposições das leis protetivas de Cabo Verde, que apresentam aspectos particulares e diferentes abrangências em comparação à legislação brasileira (Vieira, 2013). Esse debate conceitual em torno dos significados que o gênero e outras cate-

¹³ Trecho extraído do Relatório Anual de Atividades do Projeto *Fla Sim pa Mudjer*, elaborado pelas equipes das organizações Themis e ACLCVBG no ano de 2023.

gorias assumem dentro da noção de violência contra as mulheres (com base em distintas abordagens quanto às relações de poder entre os sexos) se refletem nas construções das legalidades, na organização do próprio sistema de justiça e se estende sob o véu da legalidade para as instituições desse sistema (Campos, 2018).

A Lei Maria da Penha, à semelhança do disposto na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW) e outros instrumentos da Organização das Nações Unidas, tem por objetivo punir, prevenir e erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher em virtude do gênero. Assim, fundado no ativismo latino-americano, o Brasil possui lei e políticas públicas que colocam as mulheres no centro das preocupações. Cabo Verde, apoiado na Plataforma de Ação de Beijing, elegeu uma abordagem mais ampla considerando a violência baseada no gênero pelo viés relacional como uma construção social independentemente do sexo, ou seja, em uma dinâmica em que homens e mulheres são atores sociais e sujeitos na relação (Silva, 2018).

Ainda que a centralidade do corpo posto inexoravelmente em duas categorias contrapostas – mulher e homem – seja uma constante no modelo ocidental, foi identificado em Cabo Verde um forte viés pedagógico pró-equidade de gênero ao identificar os homens, também, como vítimas de violência doméstica. Tal posição favoreceu a inclusão dos homens nos debates promovidos no âmbito do projeto e nos temas abordados no curso de capacitação no que tange às questões sobre as masculinidades, sobre as relações de gênero na família e impacto na gestão do tempo e do trabalho doméstico não remunerado.

Nesse sentido e, diante do contexto de Cabo Verde, foi identificada pelas equipes a necessidade de integrar os homens por meio de parcerias com organizações masculinas, com o fim de fortalecer o trabalho das Mulheres Multiplicadoras de Cidadania voltadas aos homens nas comunidades, sendo debatida tal questão por ocasião, também, da segunda viagem a campo realizada pela equipe da Themis. Essa pauta contribuiu para a decisão da Themis em, também, incluir homens no trabalho comunitário das PLPs no

contexto brasileiro, como mencionado pela coordenadora do projeto: “esse ponto da inclusão dos homens no ativismo feminista é o update que Cabo Verde está trazendo para a Themis”¹⁴. Fundadas nas análises realizadas na segunda missão, nas discussões levantadas nas reuniões e ciclos de estudos, a organização pode ter uma compreensão mais clara de como incorporar os homens ao trabalho de prevenção de violência baseada no gênero no Brasil.

Não obstante a inclusão da categoria gênero na legislação protetiva de Cabo Verde possa ser compreendida como uma questão de estratégia política (Silva, 2018) pautada pelo viés do “equilíbrio de gênero” (Vieira, 2013, p. 93) para a aprovação da lei protetiva devido a um parlamento constituído majoritariamente por homens, verifica-se, por meio de pesquisas e dos dados oficiais, que em Cabo Verde, quantitativamente, são as mulheres as vítimas mais expressivas da violência baseada no gênero. Esse aspecto demonstra que a violência contra a mulher é uma prática que está estruturada socialmente nos dois países e, em grande medida, é gerada pela própria dinâmica social e, por esse aspecto, Brasil e Cabo Verde se aproximam, ainda que o enquadramento legal seja distinto.

Para o cumprimento dos objetivos do projeto, que consistem em proporcionar uma capacitação sob o viés feminista, anticolonialista e antirracista calcada em uma pedagogia crítica e feminista (bell hooks, 2013), foi imprescindível analisar as diferenças de racismo existentes no Brasil e em Cabo Verde, bem como o impacto da colonização portuguesa na estruturação das desigualdades de gênero nos dois países.

Importante mencionar que a organização Themis parte da perspectiva de que o racismo interfere no acesso à justiça por parte das mulheres e, por essa razão, defende que a formação jurídica deve perpassar a interseccionalidade dos marcadores sociais: gênero, raça e classe. Por outro lado, a ACLCVBG manifestou a necessidade de compreensão da categoria racismo em Cabo Verde para uma melhor identificação da forma de inclusão dessa temática no curso de formação. Assim, foram promovidos no ciclo

¹⁴ Informação verbal durante a realização do trabalho de campo em 4 jul. 2024.

de estudos internos debates com as equipes e com pesquisadoras cabo-verdianas sobre o impacto do racismo nas identidades e vivências das mulheres cabo-verdianas.

Com base nesses debates com pesquisadoras, as equipes verificaram que a sociedade cabo-verdiana surgiu de profundos contatos e interconexões entre a classe dominante dos colonizadores europeus e outra dominada, constituída por diversos povos africanos do continente. Assim como aconteceu com outras colônias portuguesas, o sistema colonial e patriarcal foi disseminado, alcançando o momento pós-colonial¹⁵ de Cabo Verde e influenciando ao longo do tempo a forma como os cabo-verdianos se autoapresentam e se servem da antinegitude. Desse modo, mesmo em uma nação em que a quase totalidade das pessoas nativas são negras, “não se faz necessária a presença de brancos no arquipélago para que a antinegitude funcione a todo o vapor” (Rocha; Anjos, 2022, p. 134).

Os estudos realizados pela cientista social cabo-verdiana Eufémia Vicente Rocha revelaram que as dinâmicas interculturais resultantes da imigração de africanos provenientes da África Ocidental fizeram emergir, no discurso e nas práticas sociais e culturais dos cabo-verdianos, comportamentos assentes na diferenciação étnica e racial. Em seu artigo “O imigrante oeste-africano como o indesejável? Acerca do processo de racialização em Cabo Verde”, a autora reflete sobre a “nova realidade” dos contextos imigratórios na sociedade cabo-verdiana a partir dos anos 1990, onde tanto o cabo-verdiano como o imigrante oeste-africano se reconhecem racializados (Rocha, 2017).

Embora a miscigenação e mestiçagem tenham sido incorporadas pelos discursos de identidade nacional tanto no Brasil como em Cabo Verde, a dimensão racial raramente aparecia como categoria nos estudos e nas análises sobre a formação social cabo-verdiana, contrariamente ao que sucedeu, no Brasil, quando a partir dos anos 1970, o conceito raça ganhou relevância para descortinar a homogeneidade construída simbolicamente pela política de mes-

¹⁵ A independência de Cabo Verde ocorreu em 1975.

tiçagem (Furtado, 2012). A ausência da dimensão étnico-racial nas ciências sociais e nas práticas discursivas do cotidiano também é evidenciada pela ausência de dados estatísticos oficiais que façam um recorte fenotípico em termos raciais da população cabo-verdiana, prática que vem ocorrendo desde meados da década de 1940 (Furtado, 2012).

Apenas por meio de estudos etnográficos recentes publicados nas últimas duas décadas é que a dimensão étnico-racial passou a ser descortinada (Rocha, 2017; Anjos, 2003). Rocha e Anjos (2022) utilizam a categoria antinegitude para dar conta do contexto cabo-verdiano, pois o racismo se difere do sentimento de antinegitude, que “pressupõe uma humanidade incompleta nos corpos sobrecarregados de traços de africanidade, mesmo nas situações em que brancos não estão presentes nas interações cotidianas” (Rocha; Anjos, 2022, p. 111). Assim, a análise realizada por eles das posicionalidades do “idioma da antinegitude” utilizados por parte dos cabo-verdianos demonstraram o cunho pejorativo e homogeneizante da definição de *Mandjaco* atribuída indistintamente aos imigrantes oriundos de países da costa ocidental africana (Senegal, Guiné-Bissau, Mali, Nigéria, etc.) que se “tornou o outro nome do negro (e/ou do africano)” (Rocha; Anjos, 2022, p. 110) marcado como indesejável e selvagem (processo de racialização). Há, ainda, a presença do conceito popular *Badius* (pessoas que moram na Ilha de Santiago) que possui relação com o imigrante africano, também, empregado de forma pejorativa. Segundo os autores, “nem mesmo nas nações africanas pós-coloniais se desmantelou o racismo colonialista do cotidiano e, sobretudo, não se conseguiu demolir a antinegitude como afeto predominante na configuração do *socius* pós-colonial” (Rocha; Anjos, 2022, p. 108).

Abordar esse tema foi uma necessidade das duas equipes. Para a ACLCVBG, que no início mostrou-se cautelosa em incorporar o tema ao currículo do curso, já que era um tema pouco abordado na sociedade, acabou por reconhecer este como um ponto prioritário. A coordenadora de Cabo Verde mencionou:

É um ponto nevrálgico do projeto no sentido de compreender a prioridade de se enquadrar esse tema [refere-se ao racismo] na formação das mulheres, inclusive sobre a possibilidade de não ser dado um enfoque maior a este tema, devido ao contexto de Cabo Verde. [...] gostaria de ver uma explicação acadêmica sobre o tema porque não é um tema muito falado no cotidiano da sociedade.¹⁶

Por outro lado, sendo a “raça/racismo” um elemento estruturante da sociedade brasileira e, por conseguinte, das relações de gênero, a equipe da Themis havia mencionado a sua preocupação, devido aos objetivos do curso, em entender o racismo no contexto de Cabo Verde.

A mesma perspectiva levantada pelos recentes estudos acadêmicos foi lançada no ciclo de estudos online pela cientista social Eufémia Vicente Rocha no encontro sob o título “Raça e Racismo, obstáculos para o acesso à justiça: emergência da categoria raça na sociedade cabo-verdiana”. Com esta abordagem, o posicionamento da equipe da Themis em incluir o tema sobre o racismo no curso ganhou mais força, conforme depreendemos da passagem abaixo.

A ideia de incluir a questão da racialidade no projeto, como um marcador de desigualdade e discriminação (quase como uma insistência nossa) sempre esteve presente e compreender essa abordagem deste ponto de vista nos ajuda a construir algumas perspectivas. [...] Deixar de tratar o tema seria negligenciar mais uma vez algo que é tão latente e tão invisibilizado.¹⁷

Em que pese a equipe da Associação ter enfatizado em diversas ocasiões da pesquisa que o racismo não é um tema abordado no cotidiano das mulheres em Cabo Verde, após os debates entre as equipes e com estudiosos(as), incorporaram o tema da dimensão étnico-racial na formação, no módulo inicial do curso, relacionado

¹⁶ Informação verbal durante a realização do trabalho de campo junto da ACLCVBG em 8 fev. 2024.

¹⁷ Informação verbal durante a realização do trabalho de campo junto da ACLCVBG em 8 fev. 2024.

aos conteúdos sobre desigualdades sociais, movimentos sociais feministas e africanidade, como forma de introduzir o tema às mulheres, ainda que não se constituísse como a base fundante do curso como um todo, tal qual acontece no Brasil.

No decorrer do curso verificamos, pelos relatos das participantes nas sessões que trataram do tema, que as práticas discriminatórias já eram conhecidas, em especial, pelas mulheres imigrantes, como denunciou uma das participantes imigrante de Guiné-Bissau: “No mercado tem preço pra *Badiu* e preço pra *Mandjaco*. Para imigrante é sempre mais caro, nossa situação aqui é difícil”¹⁸. A professora, na ocasião, fez a seguinte pergunta para todas: “Vocês acham que em Cabo Verde não tem discriminação? Não tem racismo?”¹⁹ e grande parte das mulheres prontamente responderam que “isso é uma mentira”²⁰.

Oyěwùmí (2003) alerta que interpretar realidades africanas com base em ações ocidentais revela uma presunção por parte das mulheres “ocidentais” em definir o significado e os objetivos de vida das “Outras” mulheres. Assim como considerar que categorias ocidentais são, também, inerentes às realidades africanas resultam em “distorções, mistificações linguísticas e muitas vezes uma total falta de compreensão, devido à incomensurabilidade das categorias e instituições sociais” (Oyěwùmí, 2002a, p. 7). Essas articulações de “saberes parciais, localizáveis, críticos e apoiados na possibilidade de redes de conexão” (Haraway, 1995, p. 23) resultam na elucidação de interesses e propósitos que permitem a construção de experiências a partir do local por meio do cruzamento de fronteiras e conexões políticas que acomodem projetos científicos e práxis baseados em uma “objetividade corporificada” em “saberes localizados”.

Para além da busca sobre o que é comum na história de ambos os países envolvidos no projeto e suas experiências atuais de subordinação, a construção dessa relação Sul-Sul “apresenta-se como um exame das diferenças a partir do qual tanto a teoria quanto a prática podem aprender” (Connell, 2014, p. 29).

18 Informação verbal durante a realização do trabalho de campo em registro no diário de campo em 27 maio 2023.

19 Informação verbal durante a realização do trabalho de campo em registro no diário de campo em 27 maio 2023.

20 Informação verbal durante a realização do trabalho de campo em registro no diário de campo em 27 maio 2023.

Depreende-se, então, que para o entendimento comum de ambas as organizações parceiras sobre como incorporar e abordar as questões tensionadas, tendo em conta o nível de compreensão e consciência sobre o tema, estas serviram-se da pedagogia crítica feminista, pois foi necessário buscar o conhecimento integral do campo de aplicação do projeto em escalas de intervenção nos níveis regionais e locais, requerendo conexão entre consciência e prática em uma perspectiva solidária feminista “sem fronteiras” (Mohanty, 2003).

Essa construção levou em conta a reflexividade decolonial feminista proposta por Curiel (2020, p.152) amparada nos seguintes questionamentos: “Conhecimentos para quê? Como produzimos conhecimentos? Essa produção é feita de acordo com que projeto político? Em que quadros institucionais e políticos os estamos produzindo?”. Distanciam-se, portanto, de crenças consolidadas pela centralidade na razão norte-global, pautadas pelo conhecimento cartesiano, linear, binário e hierárquico e se aproximam das teorias decoloniais e pós-coloniais (Lugones, 2008; Curiel, 2007; Oyěwùmí, 2021).

25

Considerações finais

As redes transnacionais feministas se formam por questões comuns à igualdade de gênero que transcendem a localização (Moghadam, 2005) e que, por sua vez, facilitam a troca de informações, a realização de pesquisas e projetos e se tornam uma comunidade de apoio.

Verificou-se que as experiências e vínculos cooperativos desde a perspectiva de gênero possuem elementos em comum, mas apresentam diferenças em cada localidade. Essa constatação permitiu, de modo geral, fazer uma leitura mais complexificada sobre a circulação de práticas, categorias, conceitos, formas de gestão, agendas feministas, suas interlocuções nos países e sua aplicação efetiva no projeto estudado. Há um grande risco em abordar essas

diferenças em um “processo de adaptação”, sendo imprescindível reconhecê-las desde um olhar deslocado (Mohanty, 2003) para que não haja uma romantização ou até mesmo opressão.

A partilha de experiências locais consolidadas nos países do movimento Sul-Sul com o fim de reduzir às iniquidades de gênero realizadas pelas organizações pesquisadas são dimensões apresentadas pelas interlocutoras da pesquisa como uma ferramenta de efetiva cooperação e que propicia bases mais horizontalizadas neste espaço geopolítico de circulação de experiências e ações entre Brasil e Cabo Verde.

Foram identificadas as bases da pedagogia crítica feminista (bell hooks, 2013) empregadas nas dimensões metodológicas dessa parceria entre as organizações no projeto, especificamente relativas às negociações em torno do projeto em curso, dos desafios e potencialidades políticas deste percurso para os debates em torno de gênero, racismo e inclusão de homens no processo, em torno da construção de uma agenda comum para a prevenção da violência de gênero.

A pedagogia feminista consistiu, portanto, como um eixo central no desenvolvimento do projeto, quer seja nas relações entre as organizações, quer seja nas bases fundantes do curso de capacitação legal às mulheres líderes comunitárias.

As práticas implementadas, desde uma pedagogia crítica feminista que respeita os fluxos e conhecimento endógenos e prioriza a horizontalidade das relações, propiciou com que outras proposições, a partir do local, pudessem se constituir como outros sistemas de saber-poder não-hegemônicos, como verificamos pela inclusão do debate da dimensão étnico/racial no curso de capacitação legal das Mulheres Multiplicadoras de Cidadania em Cabo Verde e a possibilidade de verificação da experiência de inclusão dos homens no ativismo feminista por parte da organização brasileira. Segundo Mohanty (2003), essa horizontalidade se constrói identi-

ficando nas “diferenças compartilhadas” as possíveis conexões e os traços de compartilhamento que tornem possível a construção de coalizões e de uma solidariedade feminista não-colonizadora através das fronteiras.

Referências

ACLVCVBG. Promover os direitos Humanos, a educação para cidadania, o combate e a prevenção de todas as formas de violência. *In*: ACLVCVBG. **[Site Institucional]**. Praia, 2023. Disponível em: <https://aclcvbg.org.cv/#/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, ano 25, n. 3, p. 579-596, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/mFMZbDQJNTbG3ZPY97GsDCw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 nov. 2024.

ANJOS, José Carlos Gomes dos; VIEIRA, Miriam Steffen. **Gênero e raça**: trânsitos do Sul em perspectiva. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 24, n. 59, p. 16-23, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/124273/85026>. Acesso em: 2 nov. 2024.

BONETTI, Alinne de Lima; RICOLDI, Arlene Martinez; VIEIRA, Miriam Steffen. **Promotoras Legais Populares**: 20 anos de pesquisa. São Leopoldo: Editora Casa Leiria, 2024.

CAMPOS, Carmem Hein de. Sistemas de justiça e perspectiva de gênero no Brasil: avanços e resistências. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL GÊNERO E DIREITO, 1., 2018, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: EMERJ, 2018. Tema: Desafios para a Despatriarcalização do Sistema de Justiça na América Latina. p. 31-56. Disponível em: https://emerj.tjrj.jus.br/files/pages/publicacoes/serie_anais_de_seminarios/volume2/anais_de_seminarios_da_emerj_volume2_31.pdf. Acesso em: 2 nov. 2024.

CARREIRA, Antônio. **Migrações nas ilhas de Cabo Verde**. 2. ed. Lisboa: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 1983.

CICCIA, Rossella; ROGGE BAND, Conny. Unpacking intersectional solidarity: dimensions of power in coalitions. **European Journal of Politics and Gender**, Bristol, v. 4, n. 2, p. 181-198, 2021. Disponível em: <https://bristoluniversitypressdigital.com/view/journals/ejpg/4/2/article-p181.xml>. Acesso em: 2 nov. 2024

CONNELL, Raewyn. Questões de gênero e justiça social. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, v. 4, n. 2, jul./dez., p.11-48, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/17033/10322>. Acesso em: 2 nov. 2024

CORTESÃO, Jaime. **História dos Descobrimentos Portugueses**. Lisboa: Ed. Arcádia, 1962.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir de um feminismo decolonial. *In*: HOLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 124-145.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Nómadas**, Universidad Central Bogotá, Colômbia, n. 26, p. 92-101, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1051/105115241010.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2024.

FEIX, Virgínia. Em frente da lei tem um guarda. *In*: SOUZA JR. José Geraldo de; *et al.* (org.). **Educando para Direitos Humanos: pautas pedagógicas para a cidadania na Universidade**. Porto Alegre: Síntese, 2003. p. 83-92.

FURTADO, Cláudio Alves. Raça, classe e etnia nos estudos sobre e em cabo verde: as marcas do silêncio. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 45, p. 143-171, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21253/13836>. Acesso em: 2 nov. 2024.

GREENWOOD, Ronni Michelle. Intersectional political consciousness: appreciation for intragroup differences and solidarity in diverse groups. **Psychology of Women Quarterly**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 36-47, 2008.

GROSGOUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n 1, p. 25-49, jan.-abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 nov. 2024.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 07-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 2 nov. 2024

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019a.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todos: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: Da margem ao centro**. São Paulo: Editora Perspectiva Ltda, 2019b.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Estatísticas do Ambiente 2016. *In*: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **[Site institucional]**. Praia, 2018. Disponível: [https://ine.cv/publicacoes/estatisticas-do-mercado-trabalho-imc-2020/#:~:text=Os%20resultados%20do%20IMC%202020,2019%20\(57%2C4%25\)](https://ine.cv/publicacoes/estatisticas-do-mercado-trabalho-imc-2020/#:~:text=Os%20resultados%20do%20IMC%202020,2019%20(57%2C4%25)). Acesso em: 2 nov. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Estatística vitais: nascimentos, casamentos e óbitos. *In*: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **[Site institucional]**. Praia, 2021. Disponível em: <https://ine.cv/publicacoes/estatisticas-vitais-nascimentos-obitos-e-casamentos-ano-2021/>. Acesso em: 2 nov. 2024.

LOBO, Andréa; GOMES, Patrícia Godinho. Mulheres por dentro e por fora de África: caminhos e possibilidades no debate de gênero. **AbeÁfrica**: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, [s. l.], v. 6, n. 6, p. 7-22, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/abeafrica/issue/view/1909>. Acesso em: 2 nov. 2024.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. **Tabula Rosa**, [s. l.], n. 9, jul-dez, p. 73-101, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/abeafrica/issue/view/1909>. Acesso em: 2 nov. 2024.

MOGHADAM, Valentine M. **Globalizing Women**: Transnational Feminist Networks. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de Occidente: feminismo académico y discursos coloniales. *In*: SUÁREZ, L.; CASTILLO, R. A. H. (org.). **Descolonizando el feminismo**: teorías y prácticas desde los márgenes. Madrid: Cátedra, 2008. p. 112-162.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Feminism Without Borders**: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity. Durhan: Duke University, 2003.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **African Women and Feminism**: Reflecting on the Politics of Sisterhood. New Jersey: Africa World Press, 2003.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing gender: the eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of african epistemologies. **Jenda: A Journal of Culture and African Women Studies**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 1-9, 2002a.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects. *In*: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds.). **The African Philosophy Reader**. New York: Routledge, 2002b. p. 391-415.

PALUDO, Letícia. “Precisamos investir na prevenção do feminicídio”, diz fundadora da ONG Themis. **Zero Hora**, Porto Alegre, 5 maio 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/noticia/2023/05/precisamos-investir-na-prevencao-do-femicidio-diz-fundadora-da-ong-themis-clh9hbd4c0086016xt8uguca8.html>. Acesso: 25 jan. 2024.

ROCHA, Eufémia Vicente. O imigrante oeste-africano como o indesejável? acerca do processo de racialização em Cabo Verde. **Mediações Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 22, n. 1, p. 105-129, 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/28549/32268>. Acesso em: 2 nov. 2024

ROCHA, Eufémia Vicente; ANJOS, José Carlos Gomes dos. Traços de antinegitude em Cabo Verde. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 24, n. 59, p. 108-136, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/120600/85056>. Acesso em: 2 nov. 2024.

ROCHA, Eufémia Vicente; VIEIRA, Miriam Steffen. Mobilidade acadêmica no projeto “Dinâmicas de gênero em Cabo Verde” (CAPES/AULP). *In*: ROCHA, E.; VIEIRA, M. S. **Mobilidade acadêmica e deslocamentos de perspectivas**: Brasil/Cabo Verde, 2016. p. 12-18.

SEMEDO, Adilson Filomeno Carvalho. **Religião e Cultura: a Influência da Religião Católica na Reprodução da Dominação Masculina em Cabo Verde**. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto: Porto, 2009.

SILVA, Carmelita de Fonseca. **A Rede Sol e a lei especial contra violência baseada no gênero**: processos institucionais e narrativas de mulheres e homens em situação de violências conjugais em Cabo Verde. Florianópolis, 2018. 332 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

THAYER, Millie. Translations and Refusals: Resignifying Meanings as Feminist Political Practice. **Feminist Studies**, Durham, v. 36, n. 1, p. 200-230, 2010.

THEMIS. Themis é a vencedora do Prêmio Womanity. *In*: Themis: gênero, direitos humanos. **[Site institucional]**. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://themis.org.br/themis-e-vencedora-do-premio-womanity/>. Acesso em: 2 nov. 2024.

VIEIRA, Miriam Steffen. Processos de significação em contraste: violência contra as mulheres no Brasil e em Cabo Verde. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 49, n. 1, p. 90-96, 2013.

VIEIRA, Miriam Steffen. Trânsitos do Sul: notas sobre os estudos de gênero em Cabo Verde e a cooperação acadêmica com universidades brasileiras. **AbeÁfrica**: revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, [s. l.], v. 6, p. 173-196, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/abeafrica/article/view/48181>. Acesso em: 2 nov. 2024.

WEBB, Lynne M.; ALLEN, Myria W.; WALKER, Kandi L. Feminist Pedagogy: Identifying Basic Principles. (The Scholarship of Teaching and Learning). **Academic exchange quarterly**, [s. l.], v. 6, n. 67, p. 67-72, 2002.